

ALERTA EDUCAÇÃO

Órgão Informativo da LPS - Luta Pelo Socialismo - Abril/2021



Contato: (31) 99396 8181 - Endereço Eletrônico: contato@lutapelosocialismo.org.br

GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO PARA DEFENDER A VIDA



Diante do agravamento da pandemia no Brasil, os trabalhadores da educação vivem uma guerra contra a pressão pelo retorno às aulas presenciais sem que as escolas tenham as mínimas condições sanitárias e sem a imunização garantida pela vacinação massiva.

O movimento nacional pela reabertura das escolas, financiado por empresários do setor privado, conta com apoio, inclusive, de deputados aliados do governo, que, ao atacar os professores das escolas públicas, dizendo que não querem trabalhar, visam criar uma cortina de fumaça sobre os verdadeiros interesses dos governantes que é a entrega da Educação Pública nas mãos do empresariado.

Enquanto os educadores estão sobrecarregados com o teletrabalho e os sindicatos lutam judicialmente para evitar que a reabertura de escolas

insalubres aumente o risco de contaminação de toda a comunidade escolar, o Projeto de Lei 5595/2020, aprovado no dia 20/4 na Câmara Federal, torna a Educação "atividade e serviço essencial".

Vale lembrar que durante o período da pandemia nada foi feito para que as escolas tivessem condições sanitárias para o retorno seguro das atividades. E que o governo Bolsonaro/Guedes cortou 18% no Orçamento do Ministério da Educação para este ano. Tornar a Educação Básica e Superior, "atividade e serviço essencial" é apenas uma medida para atender ao mercado, que tem lucrado com a pandemia não importa quantos morrerão pela COVID-19.

As direções dos sindicatos de professores do país precisam realizar um debate amplo e unificado sobre o desmonte da Educação Pública que se acelera na pandemia, acompanhado de

propostas de lutas efetivas em defesa da educação pública como direito de todos e, neste momento de desastre social provocado pela pandemia, em defesa da vida.

Pela Greve Nacional da Educação, rumo à Greve Geral dos trabalhadores!

Pelo fortalecimento do Conselhos Escolares eleitos democraticamente!

Não à reforma empresarial da Educação Pública!

Não à Reforma Administrativa e ao desmonte do estado brasileiro!

Pela quebra das patentes das vacinas e vacinação para todos, já!

Pela revogação das contrarreformas trabalhistas e previdenciária!

Pelo direito ao isolamento social com segurança financeira: auxílio emergencial que corresponda às necessidades dos trabalhadores!

SÃO PAULO ABRE O CAMINHO AO TRANSFORMAR EDUCAÇÃO EM SERVIÇO ESSENCIAL



O PSDB de João Dória, que durante os 26 anos que governa o estado de São Paulo sucateou escolas e destruiu as condições de trabalho dos profissionais da Educação, em pleno agravamento da pandemia, transformou a educação em “serviço essencial” por meio de um Decreto publicado em 27 de março. A demagogia oficial se diz preocupada com as crianças e jovens que estão longe das escolas, mas a medida visa apenas atender aos interesses dos empresários da Educação privada.

A pressão exercida pela mobilização dos professores que iniciaram uma greve em forma de resistência contra o retorno ao trabalho presencial, promovendo campanhas junto à sociedade sobre os perigos do retorno no atual momento, fez o governo recuar em seu projeto original. O retorno, iniciado em fevereiro, foi um fiasco, pois a maioria dos pais não encaminhou seus filhos às

escolas e a Seduc foi obrigada a antecipar o recesso escolar, além do aumento de casos de contaminação entre professores e alunos.

No entanto, Doria e seu Secretário da Educação, Rossieli Soares, não reconhecem uma sentença judicial em favor dos educadores que determina a suspensão das atividades presenciais nas escolas estaduais, municipais e privadas do estado, mesmo na fase laranja das restrições na pandemia. O governo mantém atividades escolares presenciais em cidades onde não há decretos municipais que as proíbem, inclusive, na capital paulista, colocando em risco a vida de professores e alunos em escolas insalubres, que não tiveram nenhum tipo de reforma estrutural para garantir o mínimo de segurança sanitária.

Enquanto o desemprego assombra os trabalhadores, governantes se aproveitam

desse temor para impor todo tipo de humilhação e exploração aos profissionais da educação que já sofrem com o arrocho salarial, falta de condições de trabalho e contratação precária, rumo à terceirização dos docentes.

É preciso organizar a luta verdadeira, em greves que paralise por completo as atividades e mostrem a capacidade de defesa do trabalhador. Vamos promover um debate amplo e unificado sobre o desmonte da Educação Pública que se acelera na pandemia, acompanhado de propostas de lutas efetivas em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade como direito de todos e, neste momento de desastre social provocado pela pandemia, em defesa da vida. Greve Geral de Educação para defender a vida e as condições de trabalho dos professores.

CENSURA E DITADURA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS



Enquanto avança em seu projeto de retirada de direitos dos servidores públicos, tratados como inimigos do Estado, o governo Bolsonaro tenta destruir a autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES) como forma de dominação das ideias e das ações da população e, especialmente, para agilizar o aprofundamento da privatização do ensino superior no Brasil.

Ao impedir a posse de Reitores e reitoras, eleitos em consultas públicas, o Governo Federal ataca a autonomia universitária. O Art. 207 da Constituição de 1988 confere às universidades “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. A autonomia universitária consiste em garantias mínimas para a autogestão dos assuntos pertinentes à atuação da Universidade no desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É a organização de docentes,

estudantes e técnicos, ainda que fragilizada pela paralisia provocada pela pandemia, que tem impedido o avanço de projetos privatistas como, por exemplo, o “Future-se” do ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, rejeitado por mais de 80% das IES.

A indicação de candidatos derrotados nas consultas públicas ou mesmo daqueles que nem sequer participaram destas consultas, demonstra o caráter autoritário desse governo, cujo objetivo abolir os entraves para os seus planos de sucatear a Universidade Pública, responsável por 95% da produção científica nacional. A censura também tem sido um mecanismo ditatorial utilizado pelo Governo Federal para calar aqueles que lutam contra a sua necropolítica. Casos como a perseguição ao ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas, Pedro Hallal, que liderou o maior inquérito sobre a prevalência de infecção por

Covid-19 no país, e o inquérito criminal da Polícia Federal (PF) contra a professora e dirigente sindical, Érika Suruagy, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que foi intimada a depor na sede da PF sobre a campanha de outdoors que associava o presidente Bolsonaro ao número exorbitante de mortes por Covid-19 no Brasil, são exemplos de ações para amedrontar, ameaçar e criminalizar os opositores ao governo.

É preciso reafirmar a resistência e organizar a luta dos trabalhadores da educação e do movimento estudantil em ações que unifiquem todas as categorias de trabalhadores que devem exigir Educação Pública de qualidade como direito básico.

**CONTRA A DITADURA
E CENSURA.
FORA BOLSONARO E TODO
O SEU GOVERNO.**

MUNICIPALIZAÇÃO: CAOS NA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS



A forma apressada e autoritária com que o modelo de ensino online foi imposto em Minas Gerais não levou em conta a realidade em que muitos trabalhadores e alunos vivem, sem acesso à tecnologia ou treinamento para o trabalho em plataformas virtuais. Ainda assim, o ano de 2020, que se encerrou com o teletrabalho e com pouca participação e acesso de alunos, foi declarado como um “sucesso” pelo governo do estado. Isso porque o objetivo, já declarado do governo de Romeu Zema, é introduzir do modelo de ensino híbrido, previsto na Reforma do Ensino Médio. Diante da paralisia das lutas dos

educadores, sob o pretexto da pandemia, o governo do Estado aproveita para colocar em prática a política de municipalização das escolas. No mês de abril iniciaram-se os processos de transferência do Ensino Fundamental I das escolas estaduais para a competência dos municípios. Sem transparência, esse processo acarretará diversos problemas como os deslocamentos de servidores, a perda de cargos, demissão de contratados (designados, 50% da categoria de professores da rede estadual mineira) e insegurança para os efetivos. O plano é que apenas o Ensino Médio permaneça na

competência do estado, caminhando para a participação maior da iniciativa privada nesse nível de ensino, com a implementação da reforma do Ensino Médio, que não passa de uma reforma empresarial da Educação, feita sob o lobby de gigantes do mercado educacional. O projeto autoritário e neoliberal de Romeu Zema e de Jair Bolsonaro significa a morte de trabalhadores e de seus direitos. O negacionismo, a falta de auxílio para os trabalhadores poderem se proteger da pandemia e o plano de sucateamento da educação, para a privatização, são elementos de um projeto imperialista que visa transformar o Brasil em uma colônia ao sabor dos interesses das grandes corporações capitalistas. Mesmo os direitos básicos que foram conquistados estão sendo perdidos. No capitalismo, o lucro é retirado da exploração dos trabalhadores e suas vidas não têm importância. A organização da luta para combater essa política de terra arrasada é a única saída para a consolidação e garantia de direitos para os trabalhadores do Brasil.

**Pela Greve Nacional da Educação,
contra a destruição da Educação Pública!
Não à reforma empresarial da Educação Pública!
Não ao projeto de educação domiciliar:
escola é dever do Estado e educação
é função da sociedade!
Não à militarização das escolas!**